

MARRAS, Stelio. 2004. *A Propósito de Águas Virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 479 pps.

*Alexandre Barbosa Pereira e
Clara de Assunção Azevedo*
NAU-USP

Em *A Propósito de Águas Virtuosas*, Stelio Marras se debruça sobre os processos históricos de constituição da estação balneária Poços de Caldas, descrevendo e analisando o processo civilizatório que teceu diferentes sentidos às águas termais e suas potencialidades. Nessa empreitada, o autor articula a história da medicina à política, descreve e interpreta o modo de vida que serve de paradigma a esse processo e revê as cosmologias colocadas em jogo na batalha simbólica entre o saber científico e o saber mágico-religioso. A partir de um recorte histórico e um caso pontual – a formação de Poços de Caldas – sinaliza dimensões mais gerais como os caminhos percorridos pela medicina em nosso país e o entrelaçamento da ciência e da política nesse trajeto.

O livro inicia suas páginas com uma seção de imagens de Poços de Caldas. O autor aposta no texto visual para embarcar o leitor em uma viagem pelo tempo. Fotos, mapas e cartazes de propaganda mostram faces da cidade em diferentes períodos e, tal qual textos que merecem atenta leitura, adiantam uma narrativa sobre a domesticação da paisagem local, aprofundada ao longo do livro. Após essa instigante entrada, um elogioso prefácio de Antonio Candido, descendente da história de Poços de Caldas, apresenta as letras que seguirão e as envolve de prestígio. Auréola reiterada por outra informação: a análise recebeu prêmio de melhor dissertação de Mestrado no Concurso CNPq-ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais. Se as 479 páginas podem em um primeiro momento afugentar o leitor, tal início se apressa em resgatá-lo para um mergulho nas ditas águas virtuosas.

Na primeira parte do livro, Marras contextualiza historicamente a formação social de Poços de Caldas e fornece dados importantes para entender esse processo. A cidade nasceu de um projeto balneário para o qual convergiram os interesses de profissionais dos saberes médicos, dos proprietários de terra e do poder estatal. Tal *ménage à trois* permitiu a associação de lógicas tanto opostas quanto complementares: entrelaçando as esferas pública e privada e as chaves de

interpretação local e global, senhorial e moderna. E, nesse casamento, foi justamente o vínculo familiar, segundo o autor, que operou como mediador no projeto modernizador de constituição da estância. Na cidade caldense, alianças familiares entrecortaram e costuraram o mundo dos negócios, prevalecendo a lógica da intimidade, característica do universo privado, em todas as relações. Se entre a aristocracia rural da região imperavam os cruzamentos endogâmicos, essa forma de reforçar laços teve que se adaptar aos novos tempos, porém sem perder sua essência. Pouco a pouco, afins foram sendo incorporados por meio de casamentos ou compadrios, atualizando a lógica familiar de modo que esta continuasse ditando as relações. Assim, se os casamentos intrafamiliares caíram em desuso, a centralidade da família permaneceu sob novas vestes e foi fundamental no processo de formação dessa cidade das águas. Mas nem todos eram bem-vindos. A escolha dos novos integrantes das famílias caldenses não foi aleatória: médicos-cientistas ou políticos, de preferência.

A urbanização de Poços de Caldas, acelerada com a lucrativa produção de café da região sudeste, associou “café e água” a “modernidade, civilização e ciência”. O projeto do balneário caminhava ao encontro de um imaginário higienista e civilizador que circunscrevia um projeto maior, das elites nacionais, de civilizar e adequar o país aos moldes europeus. Também aí algumas características de Poços de Caldas compactuavam. Com mais de um terço da população constituída por imigrantes italianos, no final do século XIX a influência estrangeira nos costumes caldenses foi intensa. Fato que chamou a atenção de Antônio Candido: um processo de “civilizar por baixo”, que acapirava o trabalhador imigrante italiano, mas também civilizava o rústico caipira proprietário de terras.

Entretanto, para que o consórcio entre médicos, políticos e donos de terra prosperasse foi necessário mais uma parceria fundamental: Esculápio deu as mãos a Baco e, juntos, resolveram aproveitar a temporada das águas. A utilização pelo autor dos deuses greco-romanos Esculápio, da medicina, e Baco, da festa, permeia a narrativa e funciona como uma boa metáfora, já que o caráter medicinal das águas ganhou voz e associou-se ao veraneio, à diversão, ao lazer e à vida mundana. Não precisou de mais nada para as elites brasileiras refestelarem-se. A cidade tornou-se palco de encontro do homem “burguês, urbano, civilizado e higiênico”, com representações bem descritas por Stelio Marras na parte à qual deu o nome de *Intervalo: Dramaturgia de Estação*. Tem-se acesso então a uma bem detalhada *belle époque* caldense, que brilhou e transbordou deleite até o início dos anos de 1940. Nesse trecho, o autor realça o lado de etnógrafo e acompanha de perto a sociabilidade intensa dos “nativos de estação”, aqueles que se identificavam como pertencentes à chamada elite ou “sociedade” (termo que já confere o caráter de “civilizadores” aos que nele estão incluídos). Apresentam-se assim um pouco das regras e regularidades dos costumes destes “nativos”: a carne e o sangue da vida nativa, como nos ensina Malinowski ao tratar da importância da etnografia. Através do lazer, da diversão e de um estilo de vida mundano experimentado por estes “típicos banhistas”, o leitor tem a possibilidade de familiarizar-se com os frequentadores que gozaram da estação balneária em seus melhores dias. A descrição do que para alguns estudiosos seria apenas “perfumaria” dá fragrância especial à análise, revelando que durante um período a cidade caldense despontou como um dos centros irradiadores de um modo de ser e viver que se queria hegemônico no país. O próprio autor, porém, ao denominar este trecho de *Intervalo*, pode deixar dúvidas acerca da importância de uma análise mais detida sobre os atores sociais e seus costumes.

Contudo, se este *intervalo* pode ser interpretado em uma posição mais marginal na análise, é preciso ressaltar que as letras do texto de Stelio Marras ganham vida ao descreverem trajes, adereços e posturas – elementos que constituíam o conjunto de códigos acionados durante as relações e manipulados na disputa por prestígio e afirmação de *status*. Sim, porque esses encontros de “altas rodas” tratavam também disso, não apenas da saúde. Estratégias de distinção orientavam o comportamento e uma linguagem da etiqueta compartilhada fomentava os círculos de prestígio. Na intensa sociabilidade exercida nos passeios, salões e cassinos, a ritualização da vida era umbilicalmente relacionada à criação, atualização ou até perda de prestígio. O autor sinaliza como naquele “distinto” palco da vida social era necessário que os agentes ritualizassem ao extremo o modo de estar no mundo, interpretando nos mínimos detalhes o pertencimento àquele grupo restrito de elegantes e civilizados. Era nessa dramatização ritual da vida que os homens-atores personificavam, atualizavam e reafirmavam a noção de pessoa. E para integrar este grupo de privilegiados não bastava o indivíduo possuir imensa riqueza; o mais importante era encenar, demonstrar conhecer as regras de comportamento e representá-las de forma estratégica: comportar(-se) mais do que portar, como afirma o autor. Isso significa que mostrar-se como elite poderia render mais prestígio do que efetivamente ser elite e não representar tal papel. Nos cassinos de Poços de Caldas, por exemplo, esta teatralização da vida assumia a forma de apostas milionárias e gorjetas generosas aos funcionários. Esbanjar era um dos lemas. Dentro dessa lógica, perder uma grande quantia de dinheiro em um jogo poderia, em muitos momentos, ser menos danoso do que ter o seu prestígio diminuído em tão ilustre sociedade. O capital econômico subordinava-se assim ao capital simbólico. Impossível aqui não se remeter a Pierre Bourdieu, que trata da configuração dos *gostos de classe e estilos de vida*, e a Norbert Elias em seu livro *A Sociedade de Corte*, no qual demonstra como a política e o poder na corte francesa eram ritualizados por meio de símbolos que marcavam (e demarcavam) o corpo e as maneiras.

Porém Stelio Marras alerta: esta é uma das histórias de Poços de Caldas, é a história eleita e, portanto, contada pela e para a sociedade envolvente. De acordo com essa seleção cultural, a cidade efetivamente passou a existir para a história quando a medicina e, por consequência, as elites nacionais passaram a considerá-la como um foco de interesse. Nessa narrativa oficial, as propriedades medicinais das águas, legitimadas pela ciência positiva que se desenvolvia a todo vapor a partir da segunda metade do século XIX, passaram a ser exaltadas em detrimento do uso e atribuição mágico-religiosas anteriores. Poucos são os registros encontrados sobre a legião de romeiros e pagadores de promessa que durante o período colonial, principalmente, caminhavam até àquelas águas em busca de soluções milagrosas para as doenças que eram tanto do espírito como do corpo, entre elas o reumatismo, a lepra e a sífilis. No imaginário destes peregrinos, a origem da doença se encontrava na dimensão transcendental e, portanto, a cura só poderia estar na dimensão do milagre. Isso porque, demonstra Marras, a “percepção social” acerca da origem da doença mantém relação direta com a forma de cura. Acusados de supersticiosos, ignorantes e atrasados pela literatura médica, é muitas vezes pela negativa que o olhar atento do autor consegue identificar a presença e força dessa outra visão da cura.

Stelio Marras se detém, então, sobre esta história de pesos desiguais. Analisa como o saber científico foi eleito pelo poder e se tornou hegemônico, deixando à sombra a disseminada visão mágica oriunda do catolicismo rústico. As águas de Poços de Caldas há muito que já eram tidas como detentoras de um poder de cura. Porém, se nos primórdios eram utilizadas de uma forma mística e sem muito cálculo e controle, para a aplicação médico-científica almejada “racionalizou-se” o emprego destas águas, implementando-se técnicas de captação e tratamento, aliadas a um discurso científico. Em outras palavras, para a construção da moderna estação balneária não foi preciso apenas civilizar os costumes locais, mas também suas virtuosas águas, distanciando-as de uma apropriação mais “selvagem”, mais próxima de seu estado natural, portanto, menos higiênica. Legitimava-se assim o seu uso medicinal dentro de um ideal de modernidade. Duas lógicas curistas, dois modos específicos de “articular natureza e cultura” que, desigualmente registrados, estão relacionados com o ápice e a decadência da *belle époque* caldense e, mais do que isso, constituem paradigmas sociais que coexistiram, se opondo ou se complementando.

O sucesso da cidade das águas virtuosas declina a partir do desenvolvimento da própria objetividade médica que a ascendeu. A evolução da nova farmacoterapia com a difusão dos antibióticos e corticóides acabou por enfraquecer a crença na eficácia das águas curativas e esvaziar as cidades de cura naturista. E se as idéias médico-científicas que legitimavam a virtuosidade das águas se abatem, a prática veranista de desfrutar os prazeres da estação também sofre um duro golpe com a proibição dos jogos de cassinos pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1946. Confirma-se assim, mais uma vez, a tese, afirmada e reafirmada durante todo o texto, de que a união do espírito de Esculápio com o de Baco foi fundamental para o sucesso daquela estação balneária.

Além da ênfase na importância das lógicas curista e veranista na formação de Poços de Caldas, outro fio condutor no desenvolvimento do texto é o conceito de processo civilizatório, trabalhado por Norbert Elias em sua obra. É nessa idéia que Stelio Marras se inspira, apresentando-a como central na formação da cidade balneária moderna. O processo responsável por este desenvolvimento é explicitado desde o início, quando o autor trata da construção de uma “cidade higiênica”, até a parte final, quando demonstra o embate entre dois modos de se apropriar das águas virtuosas, um mágico-religioso e outro médico-científico e, portanto, civilizado.

A constante retomada de algumas idéias torna o texto um pouco repetitivo, porém o estilo ensaístico adotado envolve o leitor na narrativa. A opção pela valorização da poética, justamente, é o que torna a leitura agradável e fluente. Um ponto forte da investigação que vale a menção é o recurso a citações de obras literárias. A utilização da ficção como fonte histórica demonstra uma avaliação da relação entre contexto e produção cultural bem própria do exercício antropológico.

O livro consegue realizar uma análise que extrapola o recorte escolhido. *A Propósito de Águas Virtuosas* não trata apenas de um momento histórico da cidade caldense mas, sim, fala sobre o próprio país e o pensamento hegemônico de uma época.

Alexandre Barbosa Pereira e Clara de Assunção Azevedo são pesquisadores do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU-USP). Alexandre é mestrando em Antropologia Social e Clara é Bacharel em Ciências Sociais, ambos pela USP.